



Ensino de Sociologia no Brasil: o pioneirismo do Colégio Pedro II (1925-1942)

Jefferson da Costa Soares¹

Resumo

Este artigo foi elaborado a partir de um estudo realizado no âmbito de um projeto de mestrado em Educação que pretendeu investigar a construção social do currículo de Sociologia entre 1925 e 1942, período considerado de institucionalização da disciplina no Brasil e marcado pelas Reformas Rocha Vaz de 1925, que introduziu a disciplina nos currículos do 6º ano do ensino secundário, Francisco Campos de 1931, que reforçou o lugar e a importância da sociologia nos currículos e Gustavo Capanema de 1942, que retirou a obrigatoriedade da disciplina dos currículos do ensino secundário. O recorte institucional é o Colégio Pedro II, primeira instituição brasileira de ensino secundário, considerada padrão na época e pioneira a introduzir o ensino da disciplina em sua grade curricular. O principal referencial teórico adotado foi a tradição inglesa da História do Currículo e das Disciplinas Escolares referenciada na obra de Ivor Goodson. A metodologia utilizada foi a análise documental de fontes do período estudado, encontradas no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – NUDOM e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Analisamos também, os textos das reformas educacionais da época, programas e manuais didáticos elaborados por Delgado de Carvalho, primeiro catedrático efetivo da disciplina. Com base na documentação supracitada, foi possível identificar os professores de Sociologia; analisar as propostas iniciais para o ensino da disciplina no Brasil; observar aspectos da construção do currículo desta disciplina no Colégio Pedro II, relacionando-a com os contextos interno e externo; e caracterizar a proposta para o ensino de Sociologia no Colégio Pedro II.

Palavras-chave: Currículo. Ensino de Sociologia. Colégio Pedro II.

Abstract

This paper was elaborated based on a study from a master degree project on Education that aimed to investigate the social construction of Sociology curriculum from 1925 to 1942, period considered the institutionalization of the discipline in Brazil and pronounced by educational reforms such as the Rocha Vaz of 1925, which introduced the discipline in the 6th year's curriculum of secondary education, The Francisco Campos of 1931, that strengthened the place and significance of Sociology in curriculum and the Gustavo Capanema of 1942, which removed the requirement of the discipline in secondary education curriculum. The institutional approach is The Colégio Pedro II, first Brazilian institution of secondary education, considered in the period a pattern and pioneer to

¹ Bolsista do CAPES/ PNPd em estágio de pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em Ciências Humanas – Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

introduce the discipline of education in their curriculum. The main reference chosen was the English tradition of the history of curriculum and scholar disciplines referred in the work of Ivor Goodson. The methodology used was the documental analyze from the period investigated, held in the Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – NUDOM and in the Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. We analyzed texts from educational reforms of that time, programs and teaching manuals developed by Delgado de Carvalho, first effective professor of the discipline. Based on the above documentation, it was possible to recognize the sociology professors; evaluate the initial plans for the teaching of the discipline in Brazil; observe aspects from the construction of the curriculum of this discipline in the Colégio Pedro II, relating to internal and external context; and characterize the proposal for the education of sociology in the Colégio Pedro II.

Keywords: Curriculum. Teaching Sociology. Colégio Pedro II.

1 INTRODUÇÃO

Em meados da primeira década dos anos 2000, um texto publicado no site do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, assinado pela Professora Maria Lúcia Pandolfo, afirmava que o Colégio Pedro II recuperava o seu pioneirismo no ensino desta disciplina em 1994, quando um grupo de professores foi atendido ao reivindicar um espaço na grade curricular para o ensino de Sociologia. Cabe ressaltar que a Constituição do Estado do Rio de Janeiro já garantia o ensino desta disciplina no Ensino Médio desde 1989, embora figurasse com baixa carga horária e apenas nas turmas de terceiro ano das escolas estaduais. No mesmo texto, que buscava apresentar um breve histórico da trajetória da disciplina no Colégio Pedro II, primeira instituição brasileira de ensino secundário, criado em 1837, responsável, no contexto de sua criação, pela formação das elites do país, considerada padrão para outras instituições, primeira a introduzir a Sociologia como disciplina escolar e mantida até os dias atuais pelo Governo Federal, a professora afirmava que o primeiro professor catedrático² foi Carlos Delgado de Carvalho.

Tal afirmação nos chamou a atenção, em primeiro lugar, na medida em que historiadores do currículo e das disciplinas escolares, tanto da tradição inglesa referenciada por Ivor Goodson (1990,

² O professor catedrático era aquele que estudou e se especializou em uma determinada área do conhecimento, embora também conhecesse bem as demais disciplinas e poderia ser examinador de qualquer uma delas. Para ser catedrático, o candidato devia prestar um exame de cátedra e defender alguma ideia inovadora no seu campo, além de ter obras científicas publicadas na sua especialidade e ser nomeado pelo ministro. A Cátedra era vitalícia. O professor catedrático, segundo a Reforma Rocha Vaz, devia orientar o ensino das matérias que constituem a sua cadeira; lecionar na sua totalidade as matérias, que constituem o programa da mesma; apresentar, para que fosse estudado e julgado pela Congregação do Colégio, antes da abertura das aulas, o programa da disciplina a ser ministrada; providenciar todos os meios que estivessem ao seu alcance para que o ensino, sob sua responsabilidade, fosse o mais “eficiente” possível; tomar parte nas comissões de exames do curso, de defesa de tese e de concursos para o preenchimento de vagas de docentes, dentre outras atribuições.

1995, 1997, 2001), como da francesa representada, por exemplo, pelos trabalhos de Andre Chervel (1990), procuram mostrar a complexidade que envolve os processos de institucionalização de uma disciplina escolar. Em segundo lugar, pelo fato das poucas pesquisas históricas sobre o ensino de Sociologia atribuírem a um único ator, no caso Delgado de Carvalho, a responsabilidade pela institucionalização da Sociologia no Rio de Janeiro. Entendíamos que diante da complexidade que envolve o processo de institucionalização de uma disciplina escolar, o protagonismo de Delgado de Carvalho merecia ser problematizado, no sentido de pesquisar a concepção de ensino de Sociologia defendida por ele e os esforços que fez para instituí-la, além de verificar se, de fato, o professor catedrático de Sociologia do Colégio Pedro II teria realmente sido o único catedrático da disciplina e único responsável por sua institucionalização no Colégio Pedro II e no Estado do Rio de Janeiro.

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA E O PIONEIRISMO DO COLÉGIO PEDRO II

A Sociologia é uma disciplina que além de imbricada com forte dimensão política, foi introduzida no ensino secundário em 1925 no Colégio Pedro II por uma Reforma identificada por Thetis Nunes (1962) como Reforma Rocha Vaz, por Nagle (1974) como João Luiz Alves e por Andrade (1999) como Luiz Alves/ Rocha Vaz, Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro. Naquela época o ensino secundário era dividido em 6 anos. A Sociologia era ofertada aos alunos do sexto ano, ou seja, era cursada por aqueles interessados em obter o diploma de “Bacharel em Ciências e Letras”, que conferia um privilégio aos alunos do Colégio Pedro II, o de acessar os cursos superiores, independentemente da classificação no vestibular. No Brasil, a Sociologia, enquanto disciplina, nasceu, portanto, na escola e depois buscou legitimidade nas nossas primeiras universidades criadas na década de 1930.

Verificamos que Delgado de Carvalho havia sido transferido, em 21 de novembro de 1927, da cátedra de Inglês para a de Sociologia, que estava ocupada interinamente pelo professor substituto Adrien Delpech³, que, por sua vez, foi promovido a catedrático de Francês do Internato do Colégio Pedro II, em 5 de dezembro de 1927.

³ O professor Adrien Delpech era belga, nascido no ano de 1867. Fez seus estudos de todos os níveis em Paris. No ano de 1892, aos 25 anos de idade, chegou ao Brasil, onde se estabeleceu definitivamente. No Rio de Janeiro ingressou no Colégio Pedro II, em seguida no Instituto de Educação e na Escola Nacional de Música, lecionando Francês e Arte. De grande cultura humanística, foi professor de várias disciplinas, inclusive Literatura Brasileira, pela qual nutria especial predileção. Conhecia profundamente toda a produção literária de Machado de Assis, traduzindo algumas obras machadianas para a Língua Francesa. Era também escritor e jornalista, com publicações na Imprensa do Rio de Janeiro.

Na ata do dia 28 de agosto de 1925, do Livro de Atas de Reuniões da Congregação (1925-1934), consta uma moção assinada por vários professores catedráticos, dentre eles, Delgado de Carvalho. Nesta moção, a Congregação do Colégio Pedro II sugere ao Governo da República, o aproveitamento na cadeira recém-criada de Sociologia, do professor Adrien Delpech, uma vez que fora habilitado, por unanimidade de votos, em concurso realizado nas dependências do Colégio e no qual dissertou sobre a “Lógica da Sociologia”. Entretanto, a Comissão de Docência julgou que apesar dos méritos intelectuais do Professor Delpech, a Congregação não possuía poderes para fazer essa sugestão e que caberia ao Congresso Nacional fazer justiça à proficiência de Delpech provendo-o às funções de catedrático, mas em outra cadeira onde seu “talento” pudesse ser condignamente aproveitado. Adrien Delpech foi designado para reger a cadeira de Sociologia em caráter interino em 6 de abril de 1926, e chegou a fazer indicações de livros para as aulas da disciplina, como revela a ata da reunião de 29 de abril de 1926, mesma reunião em que foi aprovado o primeiro programa de Sociologia. Delpech era substituto de Francês e um dos únicos substitutos do Colégio que não teve acesso à posição de catedrático, em consequência do Decreto 16.782-A (Reforma Rocha Vaz). No relatório concernente aos anos letivos de 1925 e 1926, escrito pelo Diretor do Externato do Colégio Pedro II, Euclides Roxo e apresentado ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Ensino, são feitas observações sobre a maneira como Delpech vinha desempenhando as funções da cátedra de Sociologia. Antes, Delpech era professor substituto, uma classe extinta pela lei de ensino que vigorava. Então, o Diretor do Externato, nas suas considerações, lembra ao Governo da conveniência do provimento efetivo de Delpech na cadeira de Sociologia, já que isso representaria também uma economia aos cofres da Nação, pois desapareceria a rubrica necessária ao pagamento do professor substituto de Francês. Os fatos acima descritos podem nos levar às interpretações de que Delgado de Carvalho não teria sido o único protagonista da história da disciplina Sociologia no período de sua institucionalização no Colégio Pedro II e que, a princípio, não era intenção de Delgado de Carvalho se tornar catedrático de Sociologia, uma vez que sua assinatura constava na moção que indicava o nome de Delpech para ocupar a cátedra da disciplina.

Como catedrático Delgado de Carvalho, além dos programas, elaborou algumas obras voltadas para o ensino de Sociologia. Fazem parte de sua produção as obras: “Sociologia: summários do curso do 6º ano” (1931), “Sociologia Educacional” (1933), “Sociologia e Educação” (1934), “Sociologia Experimental” (1934) e “Práticas de Sociologia” (1937). Essas obras consagraram Delgado de Carvalho como um dos maiores difusores do conhecimento sociológico dos anos 1930. O autor também publicou inúmeras obras nos campos da história, da geografia, organização social e política brasileira e relações internacionais.

Através dos Relatórios concernentes aos anos de 1925 e 1926 constatamos que a Sociologia, como disciplina do 6º ano, era ministrada às segundas, quartas e sextas-feiras, no horário de 12h30min às 13h20min.

Em 29 de abril de 1926 foi aprovado o primeiro programa de Sociologia. Conforme a ata da Reunião da Congregação de 26 de março de 1927, o programa de Sociologia foi aprovado sem discussão. O mesmo teria ocorrido com o programa de 1928, segundo ata de 27 de março do mesmo ano. Em 14 de novembro de 1929, a comissão de ensino deu parecer de aprovação ao programa apresentado por Delgado de Carvalho para o ano de 1930, que em quase nada diferia do anterior acompanhado de algumas instruções que não foram identificadas. Em 1927, os 3 alunos inscritos no sexto ano só frequentaram as aulas durante o mês de abril.

Localizamos os Programas de Sociologia dos anos letivos de 1926 e 1929⁴. Esses programas foram elaborados, portanto, no contexto da Reforma Rocha Vaz. Por razões óbvias não podemos afirmar que todos os conteúdos desses programas foram devidamente trabalhados, nem de que modo foram. Assim, diante dessa impossibilidade, os programas de ensino tornam-se importantes, uma vez que permitem identificar o que estava proposto para o ensino de Sociologia. Em outras palavras, nosso desafio foi entender a concepção de Sociologia que está subjacente nesses documentos.

O Programa do ano de 1926 é extenso e divide-se em duas partes: a primeira intitula-se “*Sociologia Theorica*” e a segunda, “*Fontes Históricas da Sociologia*”. A primeira parte, por sua vez, é subdividida em nove tópicos a seguir: “*Definição e Limites; Métodos da Sociologia; Sophismas e erros; Constituição da família; Formação das Sociedades; O Estado; Misticismo das coletividades; Trabalho, propriedade e riqueza e Sistemas sociológicos*”. Já a segunda parte, consta de onze tópicos sendo: “*Formação e Evolução da Civilização Mediterrânea; Caracteres da Civilização Grega; A Civilização Romana; O Advento do Cristianismo; A Idade Média e o Regime Feudal; Causas da Renascença; O Século XVIII e o Enciclopedismo; Revolução Econômica do Século XIX, A Crise de 1914; Canalização da Civilização Mediterrânea na América Latina e Originalidade da Formação Brasileira*”.

Portanto, embora intitulada “*Fontes Históricas da Sociologia*”, observa-se a inserção de uma “*História das Civilizações*” na segunda parte do programa de 1926. Nesse programa, encontramos uma abordagem que articula conhecimentos históricos e sociológicos, que não contemplavam as questões sociais da atualidade daquela época. O programa apresenta os objetos de estudo da Sociologia a partir da construção da História das Civilizações, o que já não estava presente no programa de 1929. Parece-nos que a História das Civilizações era uma forma de contextualização,

⁴ VECCHIA, A; LORENZ, K. Programa de ensino da escola secundária brasileira, 1850-1951. Curitiba: Autores Associados, 1998.

para que os alunos compreendessem como surgiram instituições como a família, a educação, as organizações políticas, o direito, as religiões, as cidades, os processos de colonização, entre outros temas.

O Programa de 1929 é mais básico e está subdividido em cinco tópicos: “*As Teorias Sociológicas; As Sociedades Humanas; A Psicologia Social; As Instituições; Problemas Sociais Contemporâneos*”. Trata-se, portanto, de um programa que apresenta primeiramente a Ciência, seus métodos, a sociedade e o Estado, e depois propõe trabalhar a Sociologia focada na preocupação de apresentar os problemas sociais contemporâneos, enquadrá-los na ordem social e entendê-los. A proposta apresentada por Delgado de Carvalho nesse programa parece ser a de analisar os problemas daquela época e que ainda são contemporâneos, como *miséria, alcoolismo, desemprego, crime, saúde pública, migrações urbanas* e o que seriam os indivíduos “*anormais*”, “*retardados*” e “*defeituosos*” na perspectiva sociológica. Outro fato que merece destaque é a indicação no programa de um livro, de Blackmar e Gillin⁵. Após o estudo das várias sociedades, o programa de 1926 dirige ao final, o foco para a originalidade da formação social brasileira. Já o programa de 1929 aborda questões da sociedade contemporânea em perspectiva que parece ver a Sociologia como forma de superar os problemas sociais. Em termos de semelhanças entre os programas, observa-se que instituições como o *Estado, a Igreja, a Família, a Estrutura Econômica*, por exemplo, foram temas presentes nos programas analisados, bem como a Sociologia de Auguste Comte.

Bispo (2003) mostra que a estrutura curricular do ensino secundário foi modificada na Reforma coordenada pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos em 1931. Tal reforma estava relacionada com o projeto administrativo mais centralizador instalado com a Revolução de 1930. Dessa forma, os Decretos nº 19.890 de 18 de abril de 1931 e nº 21.241 de 14 de abril de 1932 estabeleceram a divisão do ensino secundário em dois cursos seriados: o fundamental, como duração de cinco anos, e o complementar.

O curso complementar era obrigatório para os candidatos à matrícula em institutos de ensino superior e deveria ser feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais. Tal curso compreendia várias disciplinas, dentre elas, a Sociologia, disciplina obrigatória na segunda série para os candidatos aos cursos superiores. A Reforma Campos determinou também, que os programas de ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino, fossem expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo Ministro e a qual eram submetidas as propostas elaboradas pela

⁵ BLACKMAR, W.; GILLIN J.L. *Outlines of Sociology*. New York , Macmillan. Obra indicada no programa de Sociologia de 1929.

Congregação do Colégio Pedro II. Assim, os professores catedráticos do Colégio Pedro II perderam o poder de elaborar os programas das diversas disciplinas⁶.

Em portaria de 1º de abril de 1932, a Direção do Colégio designou as aulas cuja regência seria de caráter obrigatório e sem direito a nenhuma remuneração especial. A cargo de Delgado de Carvalho ficaram o 6º Ano A e B. Durante o ano letivo de 1932 foram ministradas 76 aulas na turma A e 75 na turma B. Foram contabilizadas por Delgado de Carvalho nesse mesmo período 9 faltas de alunos na primeira turma e 10 na segunda. A disciplina passou a ser ministrada terças, quintas e sábados, no horário de 15h15min as 16h05min para as duas turmas. Essas informações, encontradas nos relatórios de 1932, permitiram confirmar que Delgado de Carvalho ministrou aulas de Sociologia.

Além dos programas, encontramos dois manuais elaborados por Delgado de Carvalho para o ensino de Sociologia no Colégio Pedro II. Como justificativa para a elaboração de “*Sociologia: summarios do curso do sexto anno*”, Delgado de Carvalho (1933) afirmava que com a inexistência de um compêndio de Sociologia no contexto da reforma que a implantou como disciplina em 1925 até os primeiros anos da década de 1930, sentiu a necessidade de reunir as notas e sumários de aulas dadas aos alunos do sexto ano do Colégio Pedro II. Foi encontrada a segunda edição deste manual datada de 1933, embora sua primeira edição seja do ano de 1931.

Este compêndio de 280 páginas foi dividido em quatro partes, sendo que as duas primeiras foram subdivididas em quatro capítulos e as outras duas partes em cinco capítulos e, segundo o autor, seria apenas um resumo, um plano de estudo, um guia na disposição dos conteúdos da Sociologia elementar. Nela, o primeiro Catedrático Efetivo de Sociologia do Colégio Pedro II expõe em poucas palavras as principais questões que agitavam os sociólogos das diferentes escolas, procurando não emitir opiniões pessoais. Delgado de Carvalho fez uso de notas que buscavam não só resumir o que estava no texto, nem comentá-lo, mas dar opiniões de sociólogos a favor ou contra ao que havia sido dito. Esses trechos curtos eram temas que podiam ser discutidos com os alunos, buscando estimular o pensamento e despertar o interesse ao mesmo tempo em que fornecia uma bibliografia de cada capítulo. O autor preferiu apresentar a disciplina de modo que todos os assuntos de Sociologia Geral se achassem acompanhados de suas respectivas questões sociais para que o leitor percebesse a aplicação prática dos sentidos gerais, enfatizando o ponto de vista brasileiro, o interesse nacional que prendia àquelas discussões. Deve-se levar em consideração o contexto histórico, social, político, cultural e educacional, no qual Delgado de Carvalho escreveu.

⁶ Sobre esse aspecto, torna-se necessário pontuar que as formas de controle estabelecidas no e através do Colégio Pedro II como instituição de referência, padrão para outras instituições, ocorre pela via dos programas e dos manuais das disciplinas escolares, elaborados pelos professores da instituição.

“Práticas de Sociologia” (1937) é uma obra elaborada por Delgado de Carvalho, destinada à distribuição aos alunos do Curso Complementar do Colégio Pedro II e que, segundo o autor, poderia servir a outros candidatos ao exame de Sociologia no curso de habilitação às Escolas Superiores, no ano letivo de 1938. Os conteúdos do livro correspondem em maior ou menor grau ao programa da matéria essencial aprovado pela Diretoria Geral do Departamento Nacional de Educação. Os dezesseis pontos abordados por Delgado de Carvalho nesta obra resumem um trabalho mais completo que estava em processo de elaboração naquele momento, sob o nome de “Sociologia Elementar”. Conforme o autor, “Sociologia Elementar” seria mais completa e também diferente, em razão das divergências que Delgado de Carvalho tinha em relação ao programa oficial, ao qual tinha que se conformar. Tais divergências eram motivadas em primeiro lugar pela extensão do programa, abrangendo assuntos que, segundo o catedrático, eram em sua maioria estranhos à Sociologia (direito, ciência política, economia política, etc.). Além disso, o programa tinha uma “preocupação exagerada em refutar as teorias francesas de Durkheim, com as quais nada temos”. Tal programa tinha em vista fazer da Sociologia uma ciência normativa, o que na opinião de Delgado de Carvalho, significava “dar-lhe a missão de outra disciplina, a instrução moral e cívica”. Em outras palavras, tratava-se de uma deturpação da Sociologia. Delgado de Carvalho afirmava que se esse era o objetivo, que mudassem o nome da cadeira. Enfim, o programa omitia as principais questões que constituíam a Sociologia moderna daquele período (*áreas culturais, complexos culturais, processos sociais, controle social, ecologia social, desajustamentos, trabalho social, pesquisa*, dentre outros), ignorando o que havia sido produzido no campo da Sociologia nas últimas quatro décadas. Contudo, no preâmbulo do livro, Delgado de Carvalho afirma que procurou interpretar da melhor forma possível o programa, colocando as questões de preferência sob o ponto de vista sociológico. Seus alunos receberam de suas mãos cópias impressas relativas à matéria essencial aprovada pela Diretoria Geral do Departamento Nacional de Ensino para concurso de habilitação em escolas superiores. Delgado de Carvalho esperava que no ano seguinte, 1938, o programa oficial fosse modificado, o que não aconteceu. A Sociologia do curso de habilitação era considerada pelo autor mais um ensaio político-econômico do que uma Sociologia moderna. Tendo em vista que com a Reforma Francisco Campos os catedráticos do Colégio Pedro II deixaram de ser responsáveis pela elaboração dos programas das disciplinas, o que passou a ser atribuição do Departamento Nacional de Ensino, Delgado de Carvalho fazia votos de que os responsáveis pela elaboração do programa viessem a ter conhecimento do que realmente era a Sociologia. Até que esse momento chegasse, as “Práticas de Sociologia” que elaborou, serviriam para a orientação dos candidatos aos cursos superiores.

Observamos que Delgado de Carvalho buscou solucionar o paradoxo da inadequação dos programas oficiais em relação às expectativas sobre a contribuição do conhecimento sociológico procurando inserir, nos temas impostos pelo programa oficial, os poucos dados existentes na época, acerca da realidade brasileira. Dessa forma, Delgado de Carvalho ressalta a importância de conhecermos a sociedade brasileira. O autor faz referências ao seu esforço na fixação da relação entre as ideias sociológicas e os fatos da vida social, afirmando ter procurado em cada tema sociológico discutido, examinar o ponto de vista brasileiro para destacar o interesse nacional que nos prendia a tais discussões. Outro aspecto que merece destaque é que Delgado de Carvalho entendia que o desenvolvimento de pesquisas sociológicas, como parte das atividades didáticas dos cursos complementares, teria, sobretudo, a função de socializar os alunos. Através da realização de análises sociológicas, vivendo a experiência da pesquisa em grupo e, ao mesmo tempo, reconhecendo a racionalidade da vida social, os alunos estariam treinando para a vida coletiva. Como pudemos observar anteriormente, as seleções de conteúdos feitas por Delgado de Carvalho apresentam indícios de que a disciplina Sociologia no Colégio Pedro II e as expectativas nela depositadas, estariam relacionadas à preocupação com o futuro de nosso país e com os problemas sociais daquela época. “*Práticas de Sociologia*” é uma obra destinada a auxiliar e orientar os alunos nos exames para os cursos superiores. Entendemos que é nesse sentido, que o termo “*Práticas*” foi empregado. As críticas feitas neste manual mostram a preocupação de Delgado de Carvalho com o conhecimento da realidade brasileira.

Conforme observamos anteriormente, Delgado de Carvalho possuía divergências em relação ao programa oficial de Sociologia, que com a Reforma Campos passou a ser elaborado pelo Departamento Nacional de Ensino e não mais pelos catedráticos do Colégio Pedro II. Em 20 de junho de 1938, o catedrático de Sociologia do Colégio Pedro II enviou a Luís Vergara, então Secretário da Presidência da República, cargo no qual permaneceu até 1945, um relatório sobre o ensino de Sociologia, em que propôs um enfoque distinto do programa elaborado pelo órgão do governo.

Com relação aos objetivos do ensino de Sociologia no curso secundário, Delgado de Carvalho entendia que a disciplina não devia ser considerada uma ciência normativa, pois seus conteúdos deviam ser estudados objetivamente e não em busca de argumentos a favor de alguma ideologia. Considerava a Sociologia um instrumento de trabalho, uma orientação racional para pesquisas no campo da vida social, não uma arma de combate. Portanto, na opinião do catedrático, era altamente prejudicial aos estudos sociológicos no Brasil daquele momento histórico serem orientados segundo diretrizes e modelos franceses. A Sociologia de Durkheim, por exemplo, que

trazia importantes contribuições metodológicas e que mereciam ser conhecidas, desviava os nossos estudos para o terreno religioso, predispunha a discussões dogmáticas em favor ou contra teorias que nada tinham de útil, de importante ou prático, na opinião de Delgado de Carvalho. Nesse sentido, Durkheim era considerado um autor que os programas de Sociologia deviam evitar.

Delgado de Carvalho defendia que as então atuais tendências da Sociologia norte-americana daquele período mereciam mais a nossa atenção porque, em vez de levantar problemas sobre assuntos controversos e discussões puramente acadêmicas, despertavam o interesse para o estudo e conhecimento racional das estruturas sociais em que vivíamos, para o seu mecanismo, para as suas “imperfeições” e para os “desajustamentos” que prejudicavam seu bom funcionamento.

A “missão” da Sociologia, para Delgado de Carvalho, não era exaltar ou deprimir instituições, mas sim descrevê-las, explicá-las, indicar as condições de seu perfeito ajustamento – por isso ela era a ciência do “ajustamento social”, sem rótulos filosóficos, ideológicos, doutrinários. Delgado de Carvalho considerava que a Sociologia foi inserida num momento oportuno nos programas dos cursos de habilitação aos estudos superiores. Era fundamental, conforme o catedrático, que a elite que estava sendo formada em nosso país tivesse uma noção sóbria, imparcial, científica dos mecanismos das nossas instituições. O Estado Novo, por exemplo, devia ser compreendido nos seus aspectos políticos, econômicos e sociais; era indispensável uma análise detalhada da sociedade a que ele se destinava, pois sua missão, na opinião de Delgado de Carvalho, seria satisfazer, na medida do possível, às necessidades e exigências desta sociedade – que, por não ser perfeita, convinha estudar em que pontos se afastava do “padrão”, do “ajustamento ideal”, do “normal”, e de que modo podiam ser conhecidas e apuradas as “anomalias” para fins de restauração do desejável equilíbrio.

Daí a necessidade de conhecer os problemas que resultam do desajustamento da conduta, da condição, dos sentidos, da saúde, da economia, da família, da política, entre outros, quais as medidas que, entre nós, haviam sido tomadas até aquele momento para remediar, e o que nos restava fazer à luz do que fizeram ou tentaram fazer outros povos. Nesse sentido, era necessária uma visão do que seriam, na realidade, os fenômenos sociais, as inter-relações humanas, as intercomunicações, os contextos diversos e os fatos que daí resultavam. Para isso era essencial que a Sociologia também se configurasse como um campo de experiência que fornecesse os métodos de pesquisas sociais e inquéritos, os processos de estudo dos grupos rurais, educacionais, econômicos, políticos, dentre outros.

Na opinião de Delgado de Carvalho, era o que devíamos esperar de uma Sociologia geral e aplicada, e não apenas teórica e servida de dissertações filosóficas, de retórica e de especulações, como ocorria naquele momento. Segundo o catedrático, o ensino de Sociologia ainda não tinha entrado

nos seus eixos no Brasil porque dava-se o título de sociólogo a todos os intelectuais que haviam estudado uma questão de História, de Economia Política ou de Moral. “Tudo era Sociologia, quando não era Matemática, Física ou Biologia”. Esse exagero era prejudicial porque adiava o problema real deste ensino: a compreensão clara do que seria verdadeiramente Sociologia. Se todos eram sociólogos, todos sabiam Sociologia e o problema estava resolvido. O caso é que para o catedrático, acontecia exatamente o contrário.

Com relação a um programa, Delgado de Carvalho considerava discutível a utilidade de se começar os estudos de Sociologia por uma “definição” ou um “conceito” de Sociologia. Entendia que talvez fosse mais indicado tentar uma definição no final do curso, depois que os conteúdos da disciplina fossem conhecidos. A escolha, entre as numerosas definições propostas, se operaria então em conhecimento de causa. Entretanto, convinha que fossem fixados, logo de início, os objetivos do estudo sociológico, e que também fossem indicados os métodos a serem empregados. Delgado de Carvalho considerava conveniente e útil introduzir a disciplina, apresentar a Sociologia como um estudo de inter-relações humanas no plano espiritual. O “fato social” devia ser desde cedo considerado essencialmente como um fato coletivo, no nível mental, resultante das influências recíprocas dos homens entre si ou dos homens e dos grupos.

Primeiramente devia-se ensinar a “matéria prima” que servia à Sociologia. Era evidentemente o estudo dos grupos humanos que se formam, se deslocam e evoluem sob influências diversas. Daí Delgado de Carvalho apontar a necessidade de serem estudados os seguintes tópicos: “*A Formação dos Grupos Sociais; As Influências dos Meios; A População; Os Tipos Étnicos; A Mobilidade Social: A Migração*”. Não se tratava aqui de estudos de Etnografia, de Geografia, de Demografia ou de Antropologia, mas apenas dos dados que estas disciplinas forneciam à Sociologia, apenas do que existia de social nestas ciências. Era, pois, indispensável haver discernimento e critério na escolha dos dados essenciais, estritamente sociológicos, para que o campo alheio não fosse invadido.

O segundo estudo proposto por Delgado de Carvalho foi o dos meios ou “instrumentos” pelos quais os homens e os grupos entram em relação – é o estudo dos chamados “fatores culturais”. Aí, mais uma vez, tratava-se do que havia de social na linguagem, na arte, na ciência, no direito e na moral que devesse ser ensinado e não uma invasão no campo da Filologia, da Estética, do Direito ou da Religião. Isso constituía, sob o ponto de vista sociológico, o que podia ser chamado de “intercomunicação” (fase necessária das inter-relações acima citadas como essência da Sociologia). Os pontos de estudo que aqui se impunham eram: “*A Linguagem sob todas as suas formas; A Arte, a Ciência; A Moral, o Direito, a Religião; As Áreas Sociais Culturais*”. Este último estudo das “áreas culturais”, que tomava certo desenvolvimento na Sociologia norte-americana, era de grande utilidade

e relevância na opinião de Delgado de Carvalho porque servia de base à “Ecologia Humana”, cujo conhecimento tendia a renovar a Sociologia por meio de quadros característicos nos diversos ambientes em que se processavam os fenômenos sociais. Não eram pequenas as contribuições que, nesse sentido, Gilberto Freyre emprestava à Sociologia naquela época.

O terceiro estudo era o das diferentes modalidades de “contato social” – estudo da interpenetração dos grupos e da interação dos homens e dos grupos. Duas atitudes capitais se apresentavam: o conflito e a cooperação; e delas derivavam modalidades diversas que se ajustavam e normalizavam a vida social, devido ao chamado “controle social”. É nesta tecla que batiam com mais força, naquela época, os sociólogos americanos. Os processos de interação a serem estudados deveriam ser: *“Os Contatos Sociais; O Conflito, a oposição, a concorrência; A Cooperação, a acomodação, a assimilação”*. Em um país de imigração, em uma sociedade nova, Delgado de Carvalho considerava que estes eram processos de importância singular a serem analisados e conhecidos. Talvez fosse esta a parte mais sociológica por essência, pois os processos eram exclusivamente seus e constituíam os contatos, o objeto por excelência das inter-relações no plano mental. Esta parte capital da Sociologia era a menos estudada até aquele momento, a menos sistematizada e a psiquicamente menos conhecida, muito ignorada entre os sociólogos e pesquisadores daquela época a não ser nos estudos da psicologia social de Artur Ramos que iluminavam os processos sociológicos.

O quarto estudo era o da “interdependência” resultante dos contatos diversos examinados no estudo anterior – era a parte estrutural e, até certo ponto, jurídica da Sociologia. Até aquele momento histórico era a mais estudada porque ligava-se ao Direito e, por isso, era frequentemente confundida com ele. De fato, o Direito regulava as relações de interdependência social, propunha padrões de ação e estabelecia normas de controle social.

As estruturas básicas que estabeleciam a interdependência eram as chamadas “instituições”; eram estas que atraíam quase exclusivamente a atenção dos programas franceses de Sociologia; daí o seu caráter unilateral, criticado por Delgado de Carvalho e, segundo ele, imitado entre nós, à risca. O catedrático considerava que as instituições básicas – Família, Economia, Estado e Igreja – deveriam ser examinadas, mas não em demorado estudo jurídico. Devia-se apenas considerá-las em sua significação social. Essas estruturas precisavam ser interpretadas em função das necessidades do grupo e do mecanismo da vida moderna que enquadravam e regiam. Na opinião de Delgado de Carvalho, as principais estruturas básicas a serem estudadas, sob o ponto de vista da interdependência que criam, eram: *“A Família; A Indústria e a Profissão; O Estado; A Igreja”*.

Delgado de Carvalho acentua suas críticas ao afirmar que dificilmente o redator dos programas oficiais de Sociologia resistia ao desejo de aproveitar destes assuntos para fazer dessa disciplina uma ciência normativa, imprimindo ao programa um cunho de filosofia social, de acordo com alguma ideologia. Este era o perigo dessa parte do estudo sociológico, considerada indispensável, que até aquele momento havia sido quase que exclusivamente considerada nos programas da disciplina, ao invés de se limitar a ser uma análise científica, uma explicação do mecanismo das instituições, uma interpretação de suas funções.

O quinto e último ponto a ser estudado era o que se chamava “Ajustamento Social”, que buscava dar aos alunos uma noção precisa do que vinha a ser a adaptação do indivíduo ao grupo, a integração dos grupos entre si e, em consequência, uma ideia sóbria e imparcial dos “desajustamentos” que podiam surgir. Na opinião de Delgado de Carvalho todas as chamadas “questões sociais” não passavam de outros tantos problemas de desajustamento que têm suas causas, seus efeitos, sua gênese e evolução, mas que tinham também suas soluções. Saber o que foi feito neste particular e o que restava fazer era talvez o aspecto mais interessante da Sociologia: todos os estudos anteriores de intercomunicação, de interação e de interdependência emprestavam sua significação ao grande problema do desajustamento em seus vários aspectos; eram estes estudos que o precediam e lhe davam o seu aspecto científico – por isso mesmo, precisavam ser feitos objetivamente, senão os dados podiam ser falseados e as soluções dificultadas.

Como complemento natural e indispensável aos estudos da Sociologia examinados acima, se impunham aqui os “Métodos e Processos da Pesquisa Social”, que revelavam como deviam ser feitos inquéritos nas unidades regionais, urbanas, rurais, nacionais, nos ambientes coletivos típicos, a fim de averiguar as suas condições sociais e de colocar os seus problemas em termos científicos, qualitativos e quantitativos. Segundo Delgado de Carvalho, esta parte complementar, a Sociologia Aplicada, tornaria o cidadão menos acessível às apreciações gerais imprecisas, puramente qualitativas, às opiniões subjetivas e vagas que impressionavam os desprevenidos. Levaria, ao contrário, a uma visão objetiva das causas. Delgado de Carvalho afirmava ser preciso semelhante ensinamento numa democracia verdadeira e consciente, que não deve ser vítima de palavras ocas, de conceitos improvisados e sem significação profunda, das normas sem conteúdo que levam às falsas ideologias.

Anexada ao relatório que em tais críticas, explicações e a referida proposta de um currículo de Sociologia considerado moderno por Delgado de Carvalho são apresentadas, consta uma carta enviada a Luis Vergara que, embora não esteja assinada, segundo informações do Centro de Pesquisa

e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), seria de Getúlio Vargas⁷. Ela inclui comentários sobre o relatório elaborado por Delgado de Carvalho e o programa oficial de ensino de Sociologia. Nela, o Presidente da República considera muito bem feita a exposição de Delgado de Carvalho, e que parecia mesmo, à primeira vista, muito vantajoso substituir a velha noção e as programações eruditas e antiquadas da Sociologia francesa pelo estudo objetivo e concreto, de acordo com as indicações de programa. Segundo o Presidente da República, não seria necessário minuciar os aspectos particulares em que um programa brasileiro do estudo da Sociologia devia diferenciar-se dos americanos. Vargas pouco se referiu ao que chama na carta de “conflito fatal que arrastaria a observação e pesquisa realista dos fatos sociológicos entre nós”. Certas constatações, no que diziam respeito à formação da família, à religião etc., seriam, na opinião do então Presidente, revolucionárias e insuportáveis. Seria um mal se fossem oficiais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que, antes da Reforma de 1925, a Sociologia não figurava no currículo do ensino secundário. No contexto da Reforma Francisco Campos, no início dos anos 1930, esta disciplina ganhou importância ao ser incluída na grade curricular dos cursos complementares e ao ser exigida no exame vestibular. Confirmamos que com a Reforma Capanema, que extinguiu os cursos complementares, a obrigatoriedade do ensino de Sociologia foi retirada. A institucionalização da disciplina no Brasil, conforme afirmam Meucci (2000), Bispo (2003) e Sarandy (2004), ocorreu entre os anos de 1925 e 1941. Confirmamos que esta institucionalização foi um fato no que diz respeito ao Colégio Pedro II.

A análise das fontes consultadas possibilitou compreender a importância da atuação dos professores Adrien Delpech e Delgado de Carvalho para a institucionalização da Sociologia no Colégio Pedro II. Consideramos que esta atuação está diretamente relacionada à formação científica destes professores, realizada na Europa e que os capacitou para lutar pela inserção da Sociologia no Currículo, o que vem ao encontro das afirmações de Goodson (2001), que considera os professores como elementos importantes e determinantes no processo de construção de uma disciplina escolar e que essa influência estaria diretamente relacionada à “tradição disciplinar” predominante na história

⁷ O CPDOC/FGV descreve o documento encontrado da seguinte forma: “Carta de Carlos Miguel Delgado de Carvalho a Luís Vergara encaminhando Relatório sobre o ensino de Sociologia, onde é proposto um enfoque distinto do previsto pelo programa oficial de ensino desta disciplina. Em anexo carta de Getúlio Vargas a Vergara comentando as propostas do relatório e o programa oficial de ensino de Sociologia”.

de uma disciplina. Com a introdução da Sociologia pela Reforma Rocha Vaz, ocorreu o que Goodson (1996 e 1997) considera um período de mudanças, no sentido de inclusão de uma disciplina nova. Esse contexto externo referente à Reforma Rocha Vaz, entra em sintonia com o contexto interno do Colégio Pedro II, quando encontra sujeitos disponíveis e capazes de atender à exigência de inclusão e ensino da Sociologia. Em relação a Delgado de Carvalho observamos que este não teria sido o único protagonista da disciplina Sociologia no Colégio Pedro II, já que Delpech foi catedrático interino até os primeiros meses de 1927. Assim temos como hipótese, que não pôde ser comprovada por não localização de documentos, que além de ministrar aulas de Sociologia e sugerir livros para o curso, Adrien Delpech pode ter elaborado o primeiro programa, aprovado em 1926.

No final dos anos 1930, Delgado de Carvalho incorporou-se à Faculdade Nacional de Filosofia, por indicação presidencial, para ocupar a cadeira de Geografia do Brasil. Alcides Gentil foi designado para substituí-lo na cadeira de Sociologia do Colégio Pedro II. Cabe ressaltar que Delgado de Carvalho, Adrien Delpech e Alcides Gentil foram também professores de Sociologia da Escola Normal do Distrito Federal, transformada em Instituto de Educação por Anísio Teixeira em 1932.

A Sociologia permaneceu até 1942, quando foi retirada dos currículos pela Reforma Capanema. A extinção dos cursos complementares por esta Reforma teve como consequência a retirada da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no curso secundário. A disciplina permaneceu figurando apenas no curso “Normal” como Sociologia Educacional e nas Faculdades de Filosofia, de Pedagogia e de Ciências Sociais.

Um dos objetivos da Reforma Capanema foi desatrelar formalmente o ensino secundário do ensino superior, dando-lhe um projeto pedagógico próprio. Por isso, a principal mudança nela estabelecida foi a extinção dos cursos complementares que visavam a preparação para as carreiras superiores de direito, medicina e engenharia. Uma das consequências do fim desses cursos foi a eliminação da disciplina Sociologia, que na perspectiva apresentada pela Reforma Capanema, desempenhava uma função mais preparatória do que formativa.

Ainda sobre os professores de Sociologia do Colégio Pedro II, encontramos um relatório datado de 30/07/1942, assinado por Fernando Antonio Raja Gabaglia, na época diretor do Externato do Colégio, no qual consta uma tabela suplementar com a relação dos professores extranumerários mensalistas. Observa-se que o documento foi elaborado no contexto da retirada da obrigatoriedade da Sociologia, mas nele encontram-se os nomes de dois professores da disciplina, Iva Waisberg e Ney Palmeiro Cidade. Vislumbramos a possibilidade dos referidos professores terem se inserido na instituição a partir do Decreto-Lei nº 2.075 de 8 de março de 1940, que estabeleceu que as turmas suplementares não regidas por professores catedráticos passavam a caber aos “professores

auxiliares”, que deviam ser escolhidos entre os “docentes livres”, segunda categoria mais importante hierarquicamente no Colégio. Caso não houvesse docentes livres disponíveis, os professores auxiliares seriam admitidos e como “extranumerários” contratados, após passarem por prova de habilitação. É possível que os professores mencionados acima tenham sido admitidos nessas condições. Entretanto, não encontramos indícios de que tais professores tenham chegado a ministrar aulas de Sociologia. Também é possível que esses professores tenham se inserido no Colégio Pedro II pela via do Decreto-Lei nº 4.131 de 26/02/1942, que incorporou o Colégio Universitário da Universidade do Brasil ao Colégio Pedro II. Foi determinado que o pessoal administrativo e docente do Colégio Universitário devia ser, na medida necessária, aproveitado nos serviços do Colégio Pedro II ou em outros serviços da administração federal. Sendo assim, se esses professores, cujos nomes aparecem no relatório supracitado, não deram aulas em razão do fim dos cursos complementares e do fim da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Colégio Pedro II, possivelmente foram aproveitados de outra maneira. O relatório de Raja Gabaglia foi cruzado com uma edição do Diário Oficial (D.O.) de terça-feira, 02/06/1942 (seção I), ou seja, publicado cerca de um mês antes de encaminhado o relatório elaborado pelo diretor do Externato. Assim, pudemos constatar que Iva Waisberg e Ney Palmeiro Cidade correspondiam à categoria Professor XXII e deveriam lecionar 12 horas por semana, com vencimentos de 1:600\$0 (um conto e seiscentos mil réis). Surgiram dúvidas que necessitam de investigação mais detalhada, pois, enquanto o nome de Ney Palmeiro Cidade aparece como professor de Sociologia no documento de Raja Gabaglia, na edição do D.O. ele consta como professor de Psicologia. O mesmo acontece com Vicente Miranda Reis, uma vez que este aparece como Professor de Psicologia no relatório do Diretor e como professor de Sociologia na edição do D.O.

Não foram encontrados nomes de outros professores de Sociologia em listagens anteriores à data do Relatório de 1942 redigido por Raja Gabaglia, nem mesmo em listagens de professores suplementares produzidas para verificação daqueles que possuíam o “Registro de Professores”, exigido a partir da Reforma Francisco Campos. Esse fato pode ser indicador de que o então Professor Catedrático, Delgado de Carvalho, tenha sido o único professor a ministrar as aulas de Sociologia no curso complementar. Entretanto, essa hipótese causa estranheza e merece ser melhor investigada, uma vez que nesse período, a Sociologia ganha força nos cursos complementares do ensino secundário e o Colégio Pedro II aumenta consideravelmente o número de matrículas, o que leva à necessidade de ampliação do seu quadro docente. No que se refere às outras disciplinas, tal fato levou à contratação de professores suplementares, conseqüentemente a possibilidade dos alunos terem

oportunidade de ter aulas com os catedráticos diminuiu consideravelmente. Não encontramos listagens com professores suplementares de Sociologia no contexto da década de 1930.

A Sociologia retornou gradativamente aos currículos do ensino médio no início dos anos 1980 e hoje é objeto de uma lei que torna seu ensino obrigatório nas três séries desta etapa da educação básica. No Colégio Pedro II a disciplina retorna em 1994. A história da disciplina Sociologia continua.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Maria C. de Queiroz. *Colégio Pedro II – Um lugar de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BISPO, Mário. *A sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores de Sociologia da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília, jun. 2003.

_____. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de (Org.). *Sociologia e Ensino em Debate*. Unijuí: Edit. Universidade de Unijuí, 2004.

BRASIL. Decreto nº 16.782 - A de 13 de janeiro de 1925. Reforma Rocha Vaz, que institui a Sociologia como disciplina obrigatória e dá outras providências. Coleção de Leis do Império e da República. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. Decreto 19.850 de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação. Coleção de Leis do Império e da República. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. Decreto nº 19.890 e nº 21.241. Reforma Francisco Campos. Coleção de Leis do Império e da República. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. Decreto nº 4.131 de 26 de Fevereiro de 1942. Coleção de Leis do Império e da República. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. Decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Coleção de Leis do Império e da República. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria & Educação*. N. 2. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

COLÉGIO PEDRO II (NUDOM). Anuário do Colégio Pedro II: v. VII, 1926-1927. Rio de Janeiro, 1928.

- _____. Anuário do Colégio Pedro II: v. VIII, 1928-1934. Rio de Janeiro, 1937.
- _____. Anuário do Colégio Pedro II: v. IX, 1935-1936. Rio de Janeiro, 1939.
- _____. Anuário do Colégio Pedro II: v. IX, 1937-1938. Rio de Janeiro, 1944.
- _____. Anuário do Colégio Pedro II: v. IX, 1939-1941. Rio de Janeiro, 1943.
- _____. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1920-1925.
- _____. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1925-1934.
- _____. Livro de Atas da Congregação do Colégio Pedro II: 1934-1946.
- _____. Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio Pedro II.
- _____. Relatório do Diretor do Colégio Pedro II – Internato ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde. Relativo aos anos de 1938 a 1943.
- COUTTO, Pedro. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM). *Relatório concernente aos anos letivos de 1926 e 1927*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II – Internato, 1928.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos. Sociologia. *Summarios do Curso do Sexto anno*. v. 1., 2. ed., 1933.
- _____. *Práticas de Sociologia*. Porto Alegre: Ed. da Livraria do Globo, 1938.
- DODSWORTH, Henrique. *Relatório: 1932-1933 – Colégio Pedro II – Externato*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde pública, 1933.
- GOODSON, Ivor. F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria e Educação (2)*, Porto Alegre, p. 230-254. 1990.
- _____. *Currículo: teoria e história*. Apresentação de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- _____. *A construção social do currículo*. Lisboa (Portugal): Educa, 1997.
- _____. *O currículo em mudança: estudos na construção social do currículo*. Porto (Portugal): Porto Editora, 2001.
- GUIMARÃES ROXO, Euclides de Medeiros. *Relatório concernente aos anos letivos de 1925 e 1926*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1928.
- _____. *Relatório concernente aos anos letivos de 1927 a 1929*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1930.

HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luis Fernandes de (orgs.). *A Sociologia vai a Escola: História, Ensino e Docência*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. (Orgs.). *Dilemas e Perspectivas da Sociologia na Educação Básica*. 1ed. Rio de Janeiro: e-papers, 2012.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. (Orgs.) *Conhecimento escolar e ensino de Sociologia*. 1ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MASSUNAGA, Magda Rigoud Pantoja. *O Colégio Pedro II e o Ensino Secundário Brasileiro: 1930-1961*. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.

MEUCCI, Simone. *A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos*. Campinas: UNICAMP, 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, mar. 2000.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro. *Ensino de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; DA SILVA, Tomaz Tadeu. (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores. *Revista Brasileira de Educação*. n. 29, p. 88-107, maio, 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda., 1974.

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação brasileira (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. *A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, set. 2004.

SOARES, Jefferson da Costa. *O Ensino de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

THETIS NUNES, Maria. *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Textos Brasileiros de Pedagogia, Estado da Guanabara, 1962.

VECCHIA, Ariclé; LORENZ, Karl. Programa de ensino da escola secundária brasileira, 1850-1951. Curitiba: Autores Associados, 1998.

VERGARA, Luiz. *Relatório elaborado por Delgado de Carvalho sobre o ensino de Sociologia*, carta de Getúlio Vargas comentando as propostas do relatório e o programa oficial de ensino de Sociologia. Rio de Janeiro: 17 p., (CPDOC), 1938.